



Relações entre poder, estratégia e território durante a expansão marítimo-comercial portuguesa nas Grandes Navegações

Thiago Henrique Barros Cardoso ¹  

Leonardo da Silva de Lima ²  

Destaques

- Análise da gestão territorial portuguesa durante as Grandes Navegações.
- A inovação tecnológica como vetor de mudança no balanço do poder e na geopolítica globais.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os resultados do estudo sobre o poder a estratégia portuguesas durante a expansão territorial no período entre 1415 e 1560, denominado de Grandes Navegações, focando nas formas como o poder e a estratégia foram empregados na construção de um Império colonial global. O método empregado foi o histórico-dedutivo e a técnica de pesquisa foi a revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica foi extensa, abrangendo mais de 50 fontes. O trabalho está dividido em: Introdução, Metodologia, Conceito de Poder, Conceito de Estratégia, A Construção do Poder Nacional português, A Vocação Marítima, O Poder do Conhecimento e Espírito Navegador, A Construção do Império e Conclusão. Como resultado, observou-se que Portugal construiu e aplicou uma estratégia que, conjugando todas as capacidades do poder do Estado, em especial a científico-tecnológica e a psicossocial, construiu um Império global com importantes implicações territoriais.

Palavras-chave: Portugal; Expansão Marítima; Poder; Estratégia; Território.

¹ Bacharel em Ciências Militares, com habilitação em Engenharia (2008) pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Especialista em Operações Militares (2017) pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Atualmente é aluno do Curso de Comando e Estado Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Mestrando em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos (IMM-ECEME).

² Bacharel em Ciências Militares, com habilitação em Intendência (2008) pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Mestre em Operações Militares (2020) pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Atualmente é aluno do Curso de Comando e Estado Maior na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e Doutorando em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos (IMM-ECEME).



RELATIONS BETWEEN POWER, STRATEGY AND TERRITORY DURING THE PORTUGUESE MARITIME-COMMERCIAL EXPANSION IN THE GREAT NAVIGATIONS

Abstract: This article aims to present the results of the study on Portuguese power and strategy throughout its territorial expansion between 1415 and 1560, known as Great Navigations, by focusing on ways in which power and strategy were deployed to build a global colonial Empire. The method employed was the historical-deductive and the research technique was the bibliographic review. The bibliographic review was extensive, covering more than 50 sources. This current research is divided into: Introduction, Methodology, Concept of Power, Concept of Strategy, The Construction of Portuguese National Power, The Maritime Vocation, The Power of Knowledge and Navigator Spirit, The Construction of the Empire and Conclusion. As a consequence, it was observed that Portugal developed and applied a strategy that, by combining all state power capabilities, especially the scientific-technological and psychosocial ones, resulted in a global Empire with significant land implications.

Keywords: Portugal; Maritime expansion; Power; Strategy; Territory.

RELACIONES ENTRE EL PODER, LA ESTRATEGIA Y EL TERRITORIO DURANTE LA EXPANSIÓN MARÍTIMA PORTUGUESA EN LAS GRANDES NAVEGACIONES

Resumen: El propósito de este artículo es presentar los resultados del estudio sobre el poder y la estrategia portuguesa durante la expansión territorial entre 1415 y 1560, llamada Grandes Navegaciones, centrándose en las formas en que el poder y la estrategia fueron empleados para construir un Imperio colonial global. El método empleado fue el histórico-deductivo y la técnica de investigación fue la revisión bibliográfica. La revisión bibliográfica fue extensa, cubriendo más de 50 fuentes. El trabajo se divide en: Introducción, Metodología, Concepto de Poder, Concepto de Estrategia, La Construcción del Poder Nacional Portugués, La Vocación Marítima, El Poder del Conocimiento y El Espíritu Navegador, La Construcción del Imperio y La Conclusión. Como resultado, se observó que Portugal construyó y aplicó una estrategia que, combinando todas las capacidades del poder estatal, especialmente la científica-tecnología y la psicosocial, construyó un Imperio global con importantes implicaciones territoriales.

Palabras clave: Portugal; Expansión marítima; Poder; Estrategia; Territorio.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o poder e a estratégia portuguesa no período das grandes navegações entre 1415 e 1560, com foco na construção do Império colonial.

Além da introdução, este trabalho está dividido sequencialmente em: Metodologia, com apontamentos sobre o método, as técnicas de pesquisa e a lente epistemológica empregados; Conceito de Poder, em que foram apresentadas as definições de poder, com destaque para o poder ideológico oriundo do

conhecimento; Conceito de Estratégia, em que se apresentou seu significado neste trabalho; A Construção do Poder Nacional português, que versou sobre a formação do Estado moderno lusitano; A Vocação Marítima, que apresentou a predestinação geo-histórica dos portugueses para o mar; O Poder do Conhecimento e Espírito Navegador, que retratou a importância da tecnologia e do caráter português no processo de expansão marítima; A Construção do Império colonial, que relacionou os conceitos do poder e estratégia dentro do caso português; e por fim, a Conclusão, com reflexões sobre as implicações desse processo.

METODOLOGIA

O método empregado foi o histórico-dedutivo. Na compreensão de Lakatos (1981, p. 32), a vertente histórica desse método consiste “em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado”, com a finalidade de verificar sua influência em determinado período. Mazucato (2018, p. 58) complementa essa ideia, ao defender que historicidade busca compreender as origens de um determinado fenômeno, permitindo “explicar o motivo pelo qual o mesmo se desenvolveu, ao longo do tempo, de um modo específico”. Neste artigo, o fenômeno estudado foi a expansão marítima portuguesa, entre os anos de 1415 e 1560, com o foco na forma como o poder e a estratégia conduziram à construção do Império colonial.

Na vertente dedutiva, Mazucato (2018, p. 55) informa que ela parte de “constatações mais gerais”, a fim de, em seguida, examinar os “casos particulares para verificar se o mesmo se enquadra nestas constatações mais gerais”. Neste trabalho, a teoria que ampara as conclusões dos autores é que o desenvolvimento tecnológico promove mudanças na capacidade de projeção de poder de um Estado, conforme pensavam Noberto Bobbio (1987) e Susan Strange (1994).

Em resumo, para finalizar os apontamentos sobre o método empregado, Bresser-Pereira (2005) sintetiza bem o termo “histórico-dedutivo”, ao afirmar que o pesquisador em Ciências Sociais não pode deixar de analisar a realidade empírica, com todos os fatos do passado que a condicionaram, com a finalidade de deduzir tendências, propor generalizações e até construir leis.

A pesquisa bibliográfica foi a técnica empregada, sendo definida como toda consulta a bibliografia “já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral” (Lakatos; Marconi, 2017, p. 211). Neste artigo, o conceito de poder foi referenciado em Noberto Bobbio, Susan Strange e Joseph Nye. Sobre estratégia, foram estudadas obras de John Baylis, de Harvé Coutau-Bégarie e do General Meira Mattos, além dos pensadores clássicos como Clausewitz, Von Moltke, Liddell Hart e Andre Beaufre. As reflexões geopolíticas foram baseadas nos estudos do Almirante Mahan, do General Meira Mattos e da professora Therezinha de Castro. Por fim, os fatos referentes à história da expansão marítima portuguesa foram retirados da historiografia lusitana, brasileira, norte-americana e inglesa, consultando-se cronistas da época como, Fernão Lopes e Tomé Pires.

A preocupação que o pesquisador deve possuir na análise de fatos históricos, sobretudo quando se aplica conceitos para valorar ações de agentes do passado é cair em anacronismo. Este ocorre, por exemplo, quando se emprega um conceito atual para explicar fatos de época anterior (Barros, 2017). A maior parte dos conceitos tratados neste trabalho surgiram após o período do objeto estudado. No entanto, é possível observar que as ações do Estado português no período das grandes navegações corresponderam ao que, mais tarde, estaria sendo chamado de Poder e Estratégia (Barros, 2017).

CONCEITO DE PODER

Bobbio (1987, p. 78) conceitua poder como “uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário não ocorreria”. O aspecto relacional entre as partes também é ressaltado por Nye (2012), pois o autor americano assevera que, para caracterizar uma relação de poder, é preciso dois polos interagindo dentro de um contexto específico. Susan Strange (1996, p. 17, tradução dos autores) reforça este argumento, caracterizando o poder como “simplesmente a capacidade de uma pessoa ou grupo de pessoas de impor a precedência de suas preferências sobre as

preferências de outras pessoas”. Portanto, observa-se um consenso de que o poder é relacional, implicando a submissão de uma parte a outra.

Bobbio (1987) prossegue em sua análise, estabelecendo três origens para o poder, são elas: a econômica (riqueza), a ideológica (saber ou conhecimento) ou a política (os meios coercitivos ou coativos). Sobre o poder econômico, o autor italiano (Ibidem, p. 82) define-o como:

aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não possuem a adotar uma certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil.

Quanto ao poder ideológico, ele é materializado pelo saber, doutrina ou qualquer informação capaz de “exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não uma ação” (Bobbio, 1987, p. 83). Em relação ao poder político, o autor italiano define-o como o uso da força para dobrar a vontade do outro (Bobbio, 1997).

Neste trabalho, destaca-se o conceito de poder ideológico, em virtude de este ser o fundamento da expansão portuguesa pelos mares (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015). A construção naval, o conhecimento do regime dos ventos e das correntes marinhas, bem como a qualidade de sua cartografia e exercício apurado da navegação possibilitaram que os navegadores lusitanos construíssem o primeiro Império global da história (Godinho, 1990). Refletindo sobre a importância do poder ideológico, Strange (1996) reitera que o desenvolvimento tecnológico tem a capacidade de produzir alterações no balanço do poder, inclusive enriquecendo países, quando estes ganham espaço no mercado internacional.

Embora as discussões acerca da conceituação de Poder são de anos mais recentes, é possível observar a sua aplicação ao longo da história das civilizações. Bobbio, Strange e Nye explicaram e categorizaram atitudes próprias das relações humanas e, dessa forma, facilitaram o entendimento desse conceito. As ações do império português demonstraram o exercício do Poder, sob a perspectiva desses autores.

CONCEITO DE ESTRATÉGIA

Apresentar uma definição para o termo estratégia é uma tarefa difícil, pois, na visão de Harvé Coutau-Bégarie (2010, p. 59 e 64), estas são “numerosas” e a ampliação do conceito de estratégia, apesar de “necessária”, foi “introduzida de tal modo que resultou, de fato, em uma dissolução” do termo. Baylis e Wirtz (2002) compreendem este problema e propõem uma clivagem entre os principais autores do assunto, dividindo-os entre aqueles com definições mais relacionadas a assuntos militares e aqueles com definições mais amplas.

O primeiro grupo (Baylis; Wirtz, 2002, p. 3, tradução dos autores) é composto por pensadores como Clausewitz (2010 [1832]), Von Moltke (Apud HART, 1991 [1954]), Liddell Hart (1991 [1954]) e Beaufre (1998 [1965]), em que predomina “uma definição bastante estreita que relaciona a força militar aos objetivos da guerra”. No segundo grupo, predominam pensadores de visão mais ampla, como Foster, Osgood, Murray e Grimsley (1994). Os dois primeiros - Foster e Osgood - se caracterizam por “chamar a atenção para o foco mais amplo no 'poder'”; e os dois últimos - Murray e Grimsley - destacam “a qualidade dinâmica do ‘processo’ inerente à formulação da estratégia”.

Baylis e Wirtz (2002, p. 3, tradução dos autores), observando todas estas definições, estabelecem como o conceito mais aplicável para a estratégia “a aplicação do poder militar para alcançar objetivos políticos”, restringindo sua definição ao campo militar.

Contudo, esse conceito não é o mais adequado para explicar a conduta portuguesa durante as Grandes Navegações, tendo em vista que a estratégia é resumida a “aplicação do poder militar para alcançar objetivos políticos”, restringindo sua definição ao campo militar. Para melhor compreender a ação de Lisboa, torna-se necessário conceituar Grande Estratégia.

Segundo Coutau-Bégarie (2010, p. 101), “a grande estratégia é uma ideia anglo-saxônica aparecida nos anos 1920 e popularizada nos anos 1950”. Foi criada por Liddell Hart, em seu livro *Strategy*, em 1954, possuindo o propósito de “coordenar e dirigir todos os recursos da nação ou de uma coalizão, a fim de

atingir o objetivo político da guerra” (Hart, 1991[1954], p. 406). Concordando com este mesmo ponto de vista, Baylis e Wirtz (2002) citam a mesma definição.

Os franceses criaram outro nome para denominar a Grande Estratégia, eles o chamaram de “estratégia geral”, sendo definida como “a arte de combinar a totalidade dos meios dos quais dispõe o poder político para alcançar os propósitos que ele definiu.” (Poirier *apud* Coutau-Bégarie, 2010, p.102). Depreende-se, dessa forma, que o conceito francês engloba o inglês, pois o primeiro é mais abrangente, tendo em vista que ele não trata somente da expressão militar do poder de um Estado, mas de todas as suas vertentes.

O conceito francês é similar ao proposto por Meira Mattos (2011, p. 221), porém o geopolítico brasileiro denominou-o como Estratégia, sem nenhuma adjetivação, definindo-a como uma “decorrência da política” e conceituando-a como “a arte de executar a política”. Se a política “é o que fazer”, a estratégia representa o “como fazer”. Para os dois conceitos, o Estado, por meio da Política, estabelece seus objetivos nacionais, enquanto a “Estratégia” ou a “Estratégia Geral” estabelece como atingi-los, empregando as capacidades do poder nacional.

O empreendimento português nas Grandes Navegações não teve um aspecto predominantemente militar. Os portugueses empregaram suas riquezas, conhecimento e meios coercitivos (Bobbio, 1987), para alcançar seu objetivo de chegar às Índias e manter seu império colonial. Nesse sentido, é possível depreender que, o esforço português para atingir seus propósitos formaram a base de uma “estratégia geral” a nível nacional, sob a perspectiva de Poirier (*apud* Coutau-Bégarie, 2010, p.102).

A CONSTRUÇÃO DO PODER NACIONAL PORTUGUÊS

Durante grande parte da Idade Média, na Europa Ocidental, competiam “duas soberanias concomitantes, uma senhorial e outra real” (Dallari, 2011, p. 68), contudo Portugal é o primeiro país da região a quebrar essa lógica, tornando-se pioneiro no processo de unificação política e territorial, quando, em 1139, após uma série de vitórias no campo de batalha, Afonso Henriques (1139-1185)³,

³ As datas entre parêntesis, após o nome de monarcas ou fatos históricos, indicam o início e o fim dos reinados ou o período de vigência dos eventos apresentados.

senhor do Condado Portucalense, “passou a intitular-se rei dos portugueses”. Este título remetia a “uma soberania sobre os indivíduos que se identificavam como sendo portugueses e não tanto sobre um território perfeitamente delimitado ou já estabilizado” (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015, p. 29).

Observa-se o surgimento da Nação, na sua dimensão psicossocial, representada pelo povo (Dallari, 2011). Ressalta-se que o processo de formação da Nação portuguesa, por meio da criação de uma identidade nacional, antecede a constituição da estrutura político-administrativa do Estado português.

O ano de 1211 marca a ascensão de Afonso II (1211-1223), que conseguiu impor uma autoridade aos poderes senhoriais. Contudo, não conseguiu garantir a total submissão dos poderes locais ao poder central, o que só foi obtido por Afonso III (1248-1279) (Matoso, 2000).

O período caracterizado entre a ascensão de Afonso II (1248) e a Revolução de Avis (1383) observaria o “renovado dinamismo econômico de Portugal”, com a formação e ascensão da burguesia comercial (Coelho, 2000b, p. 38). Paralelamente, ocorreu a unificação legal do país. A centralidade da Coroa neste processo indicava o fortalecimento do poder central. A Revolução de Avis (1383-1385) foi um ponto de inflexão na história portuguesa e algo inédito no continente europeu, com profundos reflexos na organização do poder do Estado. D. João I (1385-1433), mestre de Avis, é eleito monarca, em uma assembleia popular, com a participação de comerciantes, demonstrando a ascensão da burguesia comercial (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015)

No final do processo de construção do poder nacional, D. João I subordina as ordens militares ao poder central. Observa-se, então, a formação do Estado português moderno, caracterizado por um território definido após as guerras de Reconquista; pela capacidade de exercer a soberania, por meio da centralização das estruturas político-administrativo junto à Coroa; pela aliança entre a burguesia comercial e o monarca, que possibilitou o financiamento da expansão marítima; e pelo forte espírito nacional, formado pelas vitórias sobre os mulçumanos (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015).

Nesse momento, Portugal possui as fontes capazes de originar seu Poder Nacional e logo em seguida viria a exercer esse poder na execução de seus propósitos.

A VOCAÇÃO MARÍTIMA

A sociedade portuguesa do período da Reconquista era rural, mas se esforçava para desenvolver a sua maritimidade, pois as rotas do Mediterrâneo já contavam com a participação ativa de barcos portugueses (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015). Além de navegarem pelo Mediterrâneo, exploraram os mares do norte (Castro; 1994).

Esse caráter marítimo foi reforçado após as guerras de Reconquista, pois, com o fim do ciclo da economia de guerra, a produção portuguesa começou a gerar excedentes, incrementando o comércio (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015).

Em virtude do seu pequeno território, litoral recortado e propício à navegação (Universidade de Coimbra, 2023) e por causa de sua posição de elo entre as rotas do Mediterrâneo e as do mar do Norte (Castro, 1994), o oceano seria, assim, a opção territorial mais viável para a expansão nacional. Compartilhando esse ponto de vista, Therezinha de Castro (1971) acreditava que o pioneirismo português era uma predestinação geo-histórica.

Ponto de vista interessante é apresentado por Crowley (2016, p. 532), ao defender que os portugueses tinham a consciência do seu baixo efetivo populacional e, por isso, suas disputas seriam sempre travadas em condições de inferioridade, portanto eles “logo abandonaram a ideia de ocupar vastas áreas de território”, pois não possuíam a força necessária para avançar sobre o território de Castela. Para o autor americano, o mundo terminava em Portugal, porém este aproveitou sua posição como o último território do mundo conhecido, para desenvolver o “conceito de poder marítimo flexível ligado à ocupação de fortes costeiros defensáveis e a uma rede de pontos de apoio”.

A consolidação do Estado português, o excesso de sua produção econômica e sua posição geográfica foram fatores que proporcionaram a Portugal uma vocação marítima, permitindo-lhe iniciar o processo das Grandes Navegações.

O PODER DO CONHECIMENTO E O ESPÍRITO NAVEGADOR

A motivação para as inovações tecnológicas portuguesas tinha um caráter de resolver questões práticas, como a melhoria das embarcações, dos instrumentos de navegação e do aperfeiçoamento das cartas náuticas e geográficas. A origem desse conhecimento é a Escola de Tradutores de Toledo⁴, a qual, durante os séculos XII e XIII, construiu uma ponte que permitiu a difusão do conhecimento dos mundos grego e árabe para o mundo ibérico. Lisboa estava na vanguarda das novas ideias a respeito de cosmografia e navegação, do formato do mundo e na confecção de mapas (Almeida, 2000.).

Não foram poucas as inovações que marcaram o período. Segundo Godinho (1990) e Castro (1994), os portugueses aprenderam, empiricamente, a conhecer o regime dos ventos; a calcular a latitude, a partir da inclinação solar; e a conhecer os contornos dos litorais das duas margens do Atlântico Sul. Algumas de suas previsões eram tão precisas que conheciam os momentos exatos em que as embarcações deveriam partir para cada um dos destinos do Império colonial, a fim de chegarem no menor tempo possível, aproveitando-se do melhor regime de ventos e correntes marinhas. Além disso, os navios portugueses conduziam o melhor material disponível para navegação (Crowley, 2016, p. 90 e 91).

Contudo, foi na construção naval que os portugueses mais se destacaram. O símbolo desse período foi a caravela, navio de vela latina e de pequeno calado. A caravela proporcionou uma redução no tempo de viagem pela metade e suas velas permitiam dar a volta na Guiné e entrar em estuários, facilitando as grandes navegações (Coelho, 2000b; Crowley, 2016).

Os portugueses desenvolveram um senso de solução para os problemas práticos que se tornou notável, o exemplo disso foi a construção da Nau. Crowley (2016) explica que Bartolomeu Dias, ao contornar o cabo da Boa Esperança, atingiu os limites de emprego operacional da Caravela, pois sua tripulação se recusou a seguir rumo às Índias, em virtude da falta de alimentos, provocada pela baixa capacidade de armazenar gêneros alimentícios na embarcação. A Coroa

⁴ A Escola de Tradutores de Toledo tratou-se de um grupo de estudiosos que trabalharam na cidade de Toledo, durante os séculos XII e XIII, a fim de traduzir diversas obras judaicas-islâmicas na área da filosofia e trabalhos científicos do árabe clássico para o latim (PENNY, 2002).

determinou a construção de um novo navio que pudesse “suportar os mares violentos do Atlântico Sul” e fossem “espaçosos para melhor acomodar e aprovisionar as tripulações” (Crowley, 2016, p. 88).

Sobre as contribuições do poder ideológico para a expressão militar do poder português, destaca-se a aquisição de conhecimento do processo de fundição. Newitt (2005), Crowley (2016) e Coelho (2000a) concordam que esse conhecimento permitiu a produção de melhores canhões, sendo essencial para as conquistas militares lusitanas. Observa-se um papel fundamental da Coroa, pois, conforme Coelho (2000a), coube a D. João I iniciar o desenvolvimento da capacidade de produzi-los de modo adequado às navegações.

Newitt (2005) ressalta que os canhões de bronze, por serem mais leves que aqueles de ferro, podiam ser movimentados mais rápido dentro das embarcações, conferindo vantagem táticas aos portugueses em uma situação de combate. Além disso, o menor peso das peças de artilharia permitia uma velocidade maior às embarcações e estas conseguiam atirar os projéteis a maiores distâncias. Os portugueses desenvolveram canhões carregados pela culatra portugueses tinham vantagens sobre os canhões da época carregados pela boca (Crowley, 2016).

Para Crowley (2016, p. 265), “a habilidade dos portugueses na navegação não tinha rivais”. Isso destaca a importância de duas expressões do poder do Estado português: a científico-tecnológica e a psicossocial. Ambas alicerçaram o desenvolvimento do poder ideológico e garantiram a superioridade lusitana nos mares. Sem atribuir-lhe importância adequada, é impossível compreender o sucesso das expedições portuguesas.

Diante do que foi apresentado, é possível identificar os seus componentes do conceito de poder nacional português (Brasil, 2015), ao observar a vontade nacional, representada pelas diretrizes estabelecidas pela Coroa, somada as capacidades do Estado, representadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias (como a construção naval e a fundição) e pela perícia em navegação (materializada pelo conhecimento do regime dos ventos e mares e pela coragem dos navegadores), para atingir os objetivos nacionais.

Torna-se relevante destacar que o poder ideológico, conforme Bobbio (1987) esteve na base das Grandes Navegações. Strange, entre outros autores,

argumenta que as revoluções tecnológicas têm a força de “mudar o contexto das relações humanas, como vai mudar o poder ou redirecionar os esforços das sociedades humanas para novos objetivos” (Strange, 1994, p. 130, tradução dos autores).

O conhecimento sobre navegação e o espírito navegador constituíram a base para o poder ideológico dessa nação, que soube canalizá-los para a consecução de seus objetivos nacionais.

CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO COLONIAL

Teoria do Poder Marítimo

Para compreender a estratégia territorial adotada por Portugal na escolha dos locais em que implantaria suas feitorias e fortalezas, torna-se necessário compreender a geopolítica do poder marítimo. O poder marítimo de um Estado seria o conjunto da projeção do poder nacional oriundo da ação da marinha mercante e da marinha de guerra (Mahan, 1987 [1890]).

Em relação ao poder naval, oriundo da marinha de guerra, Pissarra (2001, p. 21 e 22) o define como:

uma capacidade militar naval capaz de projectar nas águas estrategicamente relevantes a força necessária para o alcance dos objectivos estratégicos indispensáveis à consecução do objectivo central estabelecido pelo poder político. O poder naval é assim um meio e nunca um fim. O poder naval permite o domínio das águas, das bases e comunicações em detrimento das forças inimigas com o objectivo de influenciar as relações de poder em terra. Expressa-se na capacidade de garantir o domínio do mar e na conseqüente liberdade de atacar onde, quando e em que força se desejar.

Torna-se relevante observar que Mahan (1987 [1890]), apontou a existência de seis fatores que influenciam na constituição do poder marítimo, são eles: a posição geográfica; a conformação física; a extensão do território; o tamanho da população; o caráter do povo; e o caráter do governo. Porém, em sua análise, apesar de Portugal exercer o maior poder marítimo entre os anos de 1400-1600, contemplando a maioria dos critérios acima elencados, o autor americano não o considerou como uma potência (Domingues, 2009). Em relação aos países ibéricos, as análises em *The Influence of Sea Power Upon History*

1660-1783, iniciam-se pela fase do declínio espanhol, desconsiderando toda a expansão ultramarina portuguesa. Discordando de Mahan, Domingues (2009) concorda com Modelski e Thompsom (1987) que definem Portugal como a primeira potência naval em escala global, estabelecida ao final do século XV.

As ações portuguesas, que serão apresentadas na próxima subseção, alinham-se com o pensamento de Mahan, traduzido por Mattos (*apud* Mafra, 2006, p. 107) como a “geoestratégia do Poder Marítimo”, baseada na ocupação de “áreas críticas, de interesse estratégico para o controle da navegação”. A materialização desse princípio se confirma com as ocupações de posições críticas para navegação como, por exemplo, Ceuta e Tanger, Angola e Moçambique, Ormuz e Malaca. Essa visão é confirmada por Pissarra (2001, p. 21 e 22), uma vez que Portugal conjugou o binômio feitoria e fortaleza, confirmando que “o domínio das águas, das bases e comunicações em detrimento das forças inimigas” tem a capacidade de “influenciar as relações de poder em terra”. Torna-se interessante ressaltar que, conforme Castro (1999), é possível contar a história de Portugal por meio de sua estratégia naval.

O Império colonial: de Ceuta ao Japão

A conquista de Ceuta, em 1415, não pode ser considerada um ato esporádico, mas deve ser enquadrada como o primeiro passo na estratégia portuguesa para liberar as tensões sociais que se originaram com o fim das guerras de Reconquista e cresceram após a Revolução de Avis (1383-1385). O país vivia um duplo impasse: o primeiro era referente a sua posição geográfica, pois estava “entalado entre o poderoso vizinho e o mar, confinado num espaço periférico, um finisterra não apenas em termos do Ocidente europeu, mas até da própria Península” (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015, p. 119); e o segundo era a dificuldade de “absorver as energias inquietas da nobreza em uma campanha que combinava a bravura medieval com as paixões das cruzadas” (Crowley, 2016, p. 17).

Como resolver esse impasse? A Coroa elaborou os planos para invasão da cidade de Ceuta, localizada na costa do Marrocos, em 1415, em virtude de sua importância portuária, comercial e estratégica, pois dominava a vertente

mediterrânea do estreito de Gibraltar, a única passagem entre aquele mar e o Atlântico. Essa operação “tinha sido meticulosamente planejada, provavelmente desde 1409, embora só depois da paz com Castela, em 1411, se tenham intensificado os preparativos”. Ressalta-se a atuação do Estado, pois a iniciativa foi, sem dúvida, da Coroa, “a única entidade que, em Portugal, podia então conceber, preparar e levar a cabo uma empresa daquela dimensão” (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015, p. 121).

O próximo objetivo estratégico, passo natural nesta expansão, seria Tânger, também um importante porto marítimo, localizado estrategicamente junto ao estreito de Gibraltar, porém na vertente atlântica (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015). Sua conquista foi extremamente difícil e acompanhada de diversos contratempos e apenas concluída em 1471 (Godinho, 1990). Estas conquistas territoriais permitiram a Portugal dominar a estratégica passagem entre o Atlântico e o Mediterrâneo, com severas implicações para as embarcações muçulmanas. Porém, uma das mais importantes lições retiradas desse período no Norte da África foi o estabelecimento de uma nova lógica de ocupação territorial, baseada na conjugação do binômio armada-fortaleza (Almeida, 2000). A conquista de Ceuta e de Tânger antecipa as lições fornecidas por Mahan, em 1890. Tratava-se da geoestratégia do Poder Marítimo, baseada na ocupação de “áreas críticas, de interesse estratégico para o controle da navegação” (Mattos *apud* Mafra, 2006, p. 107).

Após a conquista de Ceuta, o interesse geoestratégico português volta-se para as ilhas atlânticas e para a costa ocidental africana. No primeiro grupo, destacam-se os arquipélagos de Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. No segundo grupo, destacam-se a costa da Guiné e Angola (Godinho, 2008)

Em 1419, Bartolomeu Perestrelo chegou ao arquipélago da Madeira. Em 1427, Diogo de Silves chega aos Açores (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015). Do ponto de vista da geoestratégia, os portugueses conseguiram o controle de dois dos três arquipélagos que protegem a entrada do mar Mediterrâneo em sua vertente atlântica, faltando-lhes apenas o controle sobre as ilhas Canárias, que, apesar das tentativas, permaneceu sob controle espanhol.

Os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe possuíam importância no acesso e controle do golfo da Guiné. O primeiro foi descoberto em 1456, constituindo-se uma excelente escala para as embarcações que se destinavam àquele golfo. O segundo foi descoberto em 1470, controlando estrategicamente a área do golfo, em virtude de sua posição central. Nesta região, a Coroa portuguesa fundaria, em 1482, a feitoria de São Jorge da Mina, sua fortaleza e armada, em um local militarmente defensável, projetando poder e controlando o comércio local (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015; Almeida, 2000).

O contato com as riquezas africanas em ouro, especiarias e escravos, após o seu estabelecimento na África, conduziu o Estado português a construir o “Plano das Índias”. A própria elaboração de um plano, demonstra uma estratégia nacional, com apoio da burguesia comercial e amparada nos desenvolvimentos tecnológicos da época, para chegar até a fonte das especiarias, na Índia (Crowley, 2016).

Antes dos lusitanos decidirem-se unicamente na circum-navegação africana, com o objetivo de chegar às Índias, foram realizadas tentativas de cortar a África, utilizando suas hidrovias (Crowley, 2016). Dentro deste contexto, devem ser entendidas as expedições de Diogo Cão, que percorreu a costa da África e o estuário do Zaire, entre 1482 e 1485 (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015).

Crowley (2016) explica que nesta tentativa de encontrar uma via fluvial para as Índias, por meio da África, Diogo Cão acrescentou cerca de 2.330 quilômetros de litoral a cartografia portuguesa, inclusive o litoral de Angola. Restava agora contornar o continente, feito realizado por Bartolomeu Dias três anos depois, em 1488. E assim, foram abertas as portas para as Índias.

Entre a viagem de Bartolomeu Dias (1488) e Vasco da Gama (1498), um fato absorveria a atenção da Coroa: a chegada do navegador Cristóvão Colombo nas Antilhas, a serviço da Espanha. Isto foi decisivo para a renúncia do Tratado Alcáçovas (1479), o qual anteriormente havia solucionado o contencioso entre Portugal e Castela, concedendo ao primeiro o reconhecimento de suas conquistas sobre a ilha da Madeira, o arquipélago dos Açores, o de Cabo Verde e a costa da Guiné, enquanto concedia ao segundo a posse das ilhas Canárias, porém, a Espanha se comprometia a renunciar a navegação ao sul do cabo Bojador. O

problema foi que as Antilhas estavam localizadas abaixo dessa linha (Barata, 2000). Em seguida, dois tratados foram negociados, a Bula Intercoetera (1493) e o Tratado de Tordesilhas (1494). Este último dividiu o globo terrestre em dois hemisférios por meio de um meridiano localizado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (Barata, 2000).

Terezinha de Castro (1994) assevera que a decisão portuguesa de ampliar o limite de seu território, empurrando o meridiano de Tordesilhas de 100 para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, entregou uma faixa de terra à Espanha que não possuía passagem para as Índias, o qual se configurava como objetivo de portugueses e espanhóis, na sua busca pelas especiarias. Além disso, Portugal manteve o controle sobre o Atlântico Sul e a hegemonia sobre o Índico, deixando o Pacífico para a Espanha; porém, para chegar àquele oceano, os castelhanos teriam que navegar pelo Atlântico Sul, ocupado por feitorias e fortalezas portuguesas. Para Castro (1994, p. 29), este movimento não foi por acaso, pois os portugueses colocaram “sob sua tutela o ângulo saliente do nordeste brasileiro, na geoestratégica zona de estrangulamento do Atlântico, mantendo-o, com a rota do cabo, dentro de sua exclusiva esfera de influência”. Com o descobrimento do Brasil (1500), e a posterior instalação de feitorias e fortalezas na sua costa, o Atlântico Sul tornou-se praticamente um *Mare Clausum* português (Tuck, 1979).

Após um período de inação, o ano de 1497 marca o retorno do “Plano das Índias”. Em 1498, Vasco da Gama passa pelo Cabo da Boa Esperança, o qual mais tarde, em 1501, seria incorporado ao Império colonial (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015).

Deve-se observar o papel estratégico desempenhado pelas feitorias em Angola e em Moçambique, pois estas foram as chaves que monopolizaram a passagem entre o Atlântico e o Índico. Portugal reproduziu, no sul da África, a mesma lógica de ocupação territorial do trinômio Tânger - Gibraltar - Ceuta.

Prosseguindo para o oeste, Vasco da Gama chegou a Calicute, em maio de 1498, concretizando o “Plano das Índias”, atingindo o objetivo da nação portuguesa (Castro, 1994). Contudo, os portugueses ainda não estavam satisfeitos com a extensão do seu Império colonial, Crowley (2016, p. 272 e 273) assevera que D. Manuel (1495 - 1521) realizou um ajuste nos objetivos políticos do Estado,

com a finalidade de “estabelecer um império permanente na Índia, apoiado por força militar, e obter o controle sobre todo o comércio no oceano Índico”.

Neste contexto, a presença no Índico foi intensificada, pelo uso de meios militares e realizou-se a conquista do Ceilão (1505), de Ormuz (1507), de Goa (1510) e de Málaca (1511). Portugal estabelecia uma zona de controle, formada por fortalezas naqueles quatro pontos, que lhe permitia controlar a entrada do Golfo Pérsico, por meio de Ormuz, e a entrada da Ásia, por meio de Málaca, sustentados pelo poder militar concentrado em Goa e no Ceilão (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015).

Para refletir sobre a importância dessa área, resta observar que o objetivo geoestratégico português em conquistar o estreito de Ormuz era proibir o trânsito de embarcações muçulmanas no mar Vermelho. Para isso, Málaca era um ponto central, pois constituía-se o centro de todas as ricas mercadorias e dos negócios da área. A tomada de Málaca desestruturaria todo o fluxo comercial que provia a riqueza do Cairo, de Alexandria e de Veneza, e, além disso, bloquearia a expansão dos muçulmanos. Em 1515, os cronistas da época perceberam que mudanças no balanço de poder na região afetariam a economia europeia, pois “quem domine Málaca tem sua mão na garganta de Veneza” (Pires, 1944 [1443], p. 56).

Com retornos financeiros crescentes, materializados em lucros expressivos, o comércio das especiarias ampliou a ambição da Coroa portuguesa. Assim, D. Manuel emitiu ordens para que a frota lusitana empreendesse o alargamento das fronteiras do império e, neste avanço, foram incorporadas áreas como Timor Leste (1511), Japão (1543) e Macau (1557) (Crowley, 2016).

Entre a chegada às Índias e as conquistas anteriormente mencionadas, D. Manuel envia Pedro Álvares Cabral para estabelecer uma feitoria em Calicute, porém, em abril de 1500, ele se desvia da rota e chega à costa do Nordeste brasileiro (Ramos; Sousa; Monteiro, 2015). Há dúvidas se os portugueses estiveram secretamente no Brasil antes de 1500. Depreende-se da leitura de Crowley (2016) a plausibilidade desse fato, pois o autor americano questiona a presença, na frota cabralina, de Duarte Pacheco Pereira – chamado por Luís Vaz de Camões (2018 [1572], p. 226 e 376) de “Aquiles lusitano”, por manejar “numa mão a pena e noutra a lança” –, pois tratava-se de um navegador e cosmógrafo

experiente e corajoso. Na visão de Crowley (2016), ele não cometeria o erro de navegação que conduziu à chegada ao Brasil.

Não há dúvidas do sucesso do “Plano das Índias”: um processo de expansão territorial e econômica que se iniciou com a conquista de Ceuta, em 1415, e se estendeu até a chegada a Macau, em 1557. Neste périplo, os portugueses conquistaram áreas estratégicas na costa da África, do Brasil e da Índia e pontos de passagem marítimos importantes no Oriente Médio e na Ásia, construindo um verdadeiro império global, baseado no comércio.

As ações de Portugal durante as grandes navegações evidenciam seu objetivo de conquistar pontos geográficos importantes nos oceanos Atlântico e Índico, mobiliados com infraestrutura logística e econômicas e defendidos por forças militares, com a finalidade de aumentar e manter o seu Poder Marítimo. Embora não tratasse diretamente do império português, é possível afirmar que Mahan (1987[1890]), séculos mais tarde, diria que isso evidenciaria o Poder Marítimo português.

CONCLUSÃO

No século XV, após a Revolução de Avis, o Estado de Portugal consolidou-se, tornando-se o primeiro Estado moderno da Europa. As condições nas quais se encontrava à época, permitiram-lhe acumular recursos que se constituem, posteriormente, as fontes de seu poder nacional. A sua posição geográfica, o conhecimento adquirido sobre navegações e o espírito navegador impulsionaram sua vocação marítima. A partir de então, com o estímulo dos reis, Portugal iniciou a expansão de seu império marítimo, com a finalidade de alcançar as Índias, o que ocorreu, finalmente, em 1498. O plano ainda teve seu alcance estendido para o oceano Pacífico.

Retomando os objetivos deste trabalho, observa-se que Portugal conjugou todas as suas capacidades, dentro das expressões do poder nacional, para construir uma estratégia e pô-la em prática. Inicialmente, Lisboa realizou uma expansão limitada ao norte da África e às ilhas atlânticas próximas a entrada do estreito de Gibraltar, passando a um projeto mais ambicioso, que intencionava chegar à fonte das especiarias, o “Plano das Índias”. Neste aspecto, depreende-se

uma estratégia nacional de longo prazo, ao considerar-se que a busca pelo caminho para as Índias iniciou-se efetivamente após a conquista de Tânger, em 1471, e terminou com a chegada de Vasco da Gama, em 1498, em Calicute. Só uma elite política comprometida poderia mobilizar o Estado por cerca de trinta anos para alcançar um objetivo desse porte.

Ao analisar a expansão marítima portuguesa com a visão da atualidade, pode-se cair no anacronismo de subestimar as dificuldades superadas pelos lusitanos para implementar sua estratégia e para alcançar seus objetivos. Navegar de forma acurada pelos mares com as tecnologias da época, georreferenciando pontos importantes, com precisão respeitável, foi uma tarefa que não seria realizada sem o fundamento do poder ideológico.

O Esse tipo de poder foi decisivo para a inovação tecnológica vocacionada para as grandes navegações. Não é por acaso que Strange (1994) confere importância ao desenvolvimento de novas tecnologias como elemento que induz à reconfiguração do balanço de poder e dos mercados. O caso histórico português comprova as ideias de Bobbio (1987) e Strange (1994), pois o desenvolvimento da indústria naval, da fundição e da cartografia possibilitaram a construção de um Império global.

Os portugueses conheciam a importância geoestratégica dos locais em que estabeleciam suas feitorias e suas fortalezas. Para comprová-lo, basta recordar a importância geoestratégica atual do estreito de Gibraltar, da zona de estrangulamento do Atlântico Sul, da rota do cabo da Boa Esperança ou dos estreitos de Ormuz e de Málaca, todos ocupados pelos lusitanos enquanto a cartografia dava seus primeiros passos, baseando-se nas coordenadas obtidas pela posição do Sol e das estrelas.

Nesse processo, os portugueses iniciaram a integração mundial, que seria intensificada com o passar do tempo. Crowley (2016) ressalta a importância desse fenômeno, pois os lusitanos venderam armas de fogo para os japoneses; vagem para os chineses, negros africanos para o colonizador americano; chá para os ingleses; seda chinesa e remédios indianos para os europeus. Pela primeira vez na história, povos de cultura tão diferentes puderam se conhecer, com suas consequências positivas e negativas.

Tanto Therezinha de Castro (1971) como Ramos, Sousa e Monteiro (2015) perceberam a presença desse impulso geo-histórico secular, ao relacionarem a expansão marítimo-territorial lusitana a fatores geográficos e políticos de longo prazo. Almeida (2000) e Crowley (2016) realizaram uma reflexão semelhante, porém o objeto de estudo foi o espírito navegador do povo português, que, para eles, é o herdeiro do espírito cruzadístico, estabelecido em quatro séculos de batalhas contra os muçumanos durante a Reconquista, construindo um traço psicossocial duradouro.

Por fim, observa-se que Portugal foi capaz de projetar seu poder no mar, resultado de um planejamento estatal com a finalidade de atingir um objetivo bem claro: a conquista das Índias. O “Plano das Índias” foi a materialização desse planejamento, ou seja, de uma estratégia nacional, baseada na geografia da época, evidenciando posturas que poderiam ser amparadas na geopolítica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Saberes e práticas de ciência no Portugal dos Descobrimentos. *In*: TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. 1. Ed. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p.77-86

ALMEIDA, F. **O Poder Marítimo sob o ponto de vista estratégico entre 1540 e 1945**: uma comparação entre concepções de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Herbert William Richmond (1871-1946). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

AMADIO, A.; KENNY, A. **Aristotle**. Londres: Encyclopedia Britannica, 1999. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Aristotle>. Acesso em: 06 abr. 2023.

BARATA, M. do R. Portugal e a Europa na época Moderna. *In*: TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. 1. Ed. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 105-126

BARROS, J. D'a. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, [S. L.], n. 71, p. 155-180, 31 dez. 2017. Open Edition. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2930>

BAYLIS, J.; WIRTZ, J. J. Introduction. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; COHEN, Eliot; GRAY, Colin S (Org.) **Strategy in the Contemporary World**: an introduction to strategic studies. London: Oxford University Press, 2002. p. 2-15

- BEAUFRE, A. **Introdução à Estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**: MD35-G-01. 5. Ed. Brasília, DF: MD, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Ortodoxos e histórico-institucionalistas. *In*: Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, 10., 2005, Campinas - Brasil. **Comentário** [...] Campinas: UniCamp, 2005. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/index.phpshort-texts/7978-1542>. Acesso em: 23 abril 2023.
- CAMÕES, L. de. **Os Lusíadas**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- CASTRO, T. de. **Estudos de Geo-História**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- CASTRO, T. de. **Nossa América: Geopolítica Comparada**. 1. Ed. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994.
- CASTRO, T. de. **Geopolítica – Princípios, Meios e Fins**. 1. Ed. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1999.
- CLAUSEWITZ, C. von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- COELHO, A. Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro. *In*: TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. 1. Ed. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 57-66
- COELHO, M. O final da Idade Média. *In*: TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. 1. Ed. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 19-44
- COUTAU-BÉGARIE, H. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- CROWLEY, R. **Conquistadores**: como Portugal forjou o primeiro império global. Tradução Helena Londres. 1. Ed. São Paulo: Planeta, 2016.
- DALLARI, D. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30 Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- DOMINGUES, F. O Poder Naval Português: um Conceito em Discussão. **Revista de História das Ideias**. Coimbra-Portugal, v. 30, p. 275-292, 2009.

- GODINHO, V. **Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, Séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990.
- GODINHO, V. **A Expansão Quatrocentista Portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- GOMES, F. A Revolução Copernicana e a Influência de Copérnico sobre seus Sucessores Imediatos. *In*: MORENO, M. Q. (Org.). **Humanismo e ciência para Francisco de Assis Magalhães Gomes**. 1. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HART, L. **Strategy**. 2. Ed. New York: Meridian, 1991.
- LAKATOS, E. M. **Sociologia geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MAFRA, R. **Geopolítica - Introdução ao Estudo**. 1. Ed. São Paulo: Sicurreza, 2006.
- MAHAN, A. T. **The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783**. 1. Ed. Londres, Sampson Low, Marston & Company, 1890. Reedição: Nova York: Dover, 1987.
- MAHAN, A. T. **The Interest of America in Sea Power, Present and Future**. Cambridge, USA: University Press - John Wilson and Son, 1897.
- MATOSO, J. A formação da Nacionalidade. *In*: TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. 1. Ed. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 7-18
- MATTOS, C. M. Estratégias Militares Dominantes: sugestões para uma estratégia militar brasileira. *In*: MATTOS, C. M. **Geopolítica Volume II – Livro V**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2011. p. 217 -320
- MAZUCATO, T. Métodos. *In*: MAZUCATO, T. (Org.). **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018.
- MODELSKI, G.; THOMPSON, W. R. **Sea Power in Global Politics, 1494-1993**. 1. Ed. Floudmills and London: The Macmillan Press, 1988.
- MURRAY, W.; GRIMSLEY, M. Introduction: On strategy. *In*: MURRAY, W.; KNOX, M.; BERNSTEIN, A. (Orgs.) **The Making of strategy: rulers, states, and war**. Cambridge, USA: Cambridge University Press, 1994. p. 1-23
- NEWIT, M. **A History of Portuguese Overseas Expansion - 1400-1668**, Londres: Routledge, 2005

NYE, J. S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

PENNY, R. **A History of The Spanish Language**. 2. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PIRES, T. **The Suma Oriental of Tomé Pires. 2 vols**. Org. e trad. Armando Cortesão. Londres: Hakluyt Society, 1944. Reedição: Londres: Routledge, 2016.

PISSARRA, J. **A Armada da Índia. Cômputo, Tipologia e Funcionalidade das Armadas de Guerra Portuguesas do Oriente (1501-1510)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2001

RAMOS, R.; SOUSA, B. V.; MONTEIRO, N. G. **História de Portugal**. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2015.

STRANGE, S. **States and Markets**. 2. Ed. London: Continuum, 1994.

STRANGE, S. **The Retreat of the State**. 1. Ed. London: Cambridge University Press, 1996.

TUCK, R. **Natural right theories**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Atlas de Portugal**. Departamento de Geografia e Turismo. 2. Ed. Coimbra: Portugal, 2023. Disponível em: <https://www.uc.pt/flucdepgeotur/publicacoes/OutrasPubl/AAG/skBcxlPgsl5ag2kca1Ldhawy>. Acesso em: 13 março 2023.

Recebido em 10 de agosto de 2023
Aceito em 03 de maio de 2024